



IV Colóquio de História da Educação

FONTES ADMINISTRATIVAS E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO – EXPERIÊNCIA DE PESQUISA E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA ESCOLAR NO ARQUIVO PÚBLICO DE SANTA CATARINA.

Experiências de preservação da memória escolar.

Carolina Cechella Philippi¹, (carolcphilippi@yahoo.com)

1 Introdução

Ao apresentar o que nomeia como “*Operação historiográfica*”, Michel de Certeau (2011, p 65 - 109) lista três itens determinantes na escrita da história: um *lugar* – capaz de vetar ou permitir determinado tipo de produção; *técnicas* – ou práticas de pesquisa que são específicas de um meio ou um campo do saber – e a *escrita* – que opera, invariavelmente, através de uma inversão ao dar outro sentido a um percurso de pesquisa. Os três componentes articulam-se na atuação do pesquisador desde o momento da seleção das fontes ao da divulgação dos resultados de pesquisa; são, pois, parte do que se vê em publicações na área. Através destas constatações, o historiador – neste caso, o historiador da educação – vê o estatuto de sua prática como parte de uma teia de relações. Cabe, pois, manter a função primordial de crítica não apenas dos documentos, mas de sua atuação e produção - o acesso às fontes, a composição da série, o tratamento documental, o estabelecimento de hipóteses e a escrita final. Tais itens são parte de uma prática que possui um estatuto e um lugar dentro de um campo.

Neste sentido, este escrito tem como objetivo problematizar o acesso às fontes e o estabelecimento de uma série documental no interior de uma iniciativa específica de pesquisa vivenciada no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (Florianópolis – SC). Insere-se dentro da temática acerca de experiências de preservação e memória escolar. Através da retomada de uma experiência particular de pesquisa, pretende tomar o arquivo como fonte e objeto já que interessa apreendê-lo não apenas como local de guarda de documentos a serem

¹ Licenciada e Bacharel em História (Universidade Federal de Santa Catarina); Licenciada em Pedagogia (Universidade do Estado de Santa Catarina); Mestre em Educação (Universidade Estadual de Campinas); Doutoranda em Educação (Universidade Estadual de Campinas), bolsista CNPq.



IV Colóquio de História da Educação

operacionalizados como fontes, mas como uma instituição cuja edificação e burocratização atuou na constituição da série documental e do sentido da pesquisa.

Este resumo expandido se dividirá, para isso, da seguinte forma: primeiramente apresentará o Arquivo Público do Estado, situando a experiência de pesquisa; em seguida explanará sobre a construção de uma metodologia de trabalho em seu interior, entendendo-a como parte de uma experiência de preservação da memória escolar. Uma vez sendo o arquivo tomado também como objeto de pesquisa, este será problematizado à medida que é apresentado, bem como o percurso de escrita da história que ali se desenrolou.

2 O Arquivo Público do Estado – experiência de pesquisa e levantamento de fontes.

O Arquivo Público do Estado de Santa Catarina tem sede na capital do estado – possui sala de consulta para pesquisadores e salas de acesso restrito nas quais o acervo é acondicionado. Após preenchimento de ficha de identificação pesquisadores e comunidade em geral podem acessar seus fundos documentais, sempre com a mediação de um funcionário. O processo de pesquisa se dá da seguinte forma: após informar a temática de interesse, o pesquisador recebe catálogo no qual são listados todos os conjuntos documentais dispostos de acordo com classificação feita por funcionários do arquivo. Após selecionar os fundos que lhe interessam o pesquisador assinala-os para o funcionário, que os acessa e traz à sala de consulta – é permitida a digitalização dos documentos livremente, sendo apenas cobrado quando necessário fotocopiar determinada página. A catalogação disponível² no Arquivo categoriza a documentação de acordo com sua origem institucional (Departamento de Educação, Diretoria de Instrução Pública, Grupos Escolares, Prefeituras Municipais, dentre outros) e recorte temporal.

O Arquivo Público do Estado de Santa Catarina foi fundado no ano de 1963 segundo a lei número 2.738, de 28 de junho – no momento de sua criação é subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça. Atualmente

² Nesta experiência de pesquisa o Arquivo Público do Estado foi acessado duas vezes em um intervalo de três meses. Neste intervalo a categorização documental mostrou mudanças, o que mostra a dinâmica da produção deste catálogo, que varia de acordo com os funcionários responsáveis.

³ Antes disso o Arquivo foi fundado em duas breves iniciativas. Uma, em 1918, quando, sem diretor designado, não teve atividades noticiadas; outra em 1931, sendo fechado dois anos depois, no governo do Interventor Federal Aristiliano Ramos (DIRETORIA DE GESTÃO DO ARQUIVO PÚBLICO, s/d).



IV Colóquio de História da Educação

está subordinado à Secretaria de Estado da Administração e tem como função “preservar, organizar e prestar assessoramento técnico, divulgando o patrimônio documental e colaborando com programas culturais e educativos do Estado de Santa Catarina” (DIRETORIA DE GESTÃO DO ARQUIVO PÚBLICO, s/d). O acesso a ele se deu em momento de escrita de projeto de doutorado – passada essa fase, seus documentos são fontes na pesquisa de título “‘Ao Senhor Diretor’ – expedientes burocráticos e rotinas administrativas nas Reformas de Instrução Pública (Santa Catarina, 1911 – 1942)”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual de Campinas (FE/UNICAMP). Interessa observar as rotinas administrativas em meio às duas Reformas de Instrução Pública⁴ do Estado – para tanto, toma como fontes minutas, relatórios, portarias, correspondências e circulares para assim mapear a burocracia educacional do período e vislumbrar as instituições por trás deste aparelho.

A organização da série é procedimento ativo de pesquisa e serve para estabelecer um sentido à massa documental disposta (CERTEAU, *Op. Cit.*); parte válida deste esforço é se desvincular da lógica empregada pelos arquivistas e pela instituição, conferindo forma à pesquisa de acordo com o desenrolar da temática analisada. A esse respeito são preciosas as assertivas de Hilsdorf (1999, p. 13 – 21) quando faz uma exposição didática sobre o uso da série *Ofícios Diversos da Capital* – parte do acervo do Arquivo Público de São Paulo – em iniciativa de pesquisa em História da Educação. A autora se aproxima dos documentos como fonte e objeto e mostra como a documentação majoritariamente política-administrativa possibilitou o alargamento de interesses no campo. Ao trabalhar com a série, ampliou a abrangência dos objetos e saiu do campo estritamente escolar, retomando seguidamente as problematizações sobre o período para poder realizar a leitura. Importa, por fim, que esses dados sejam trazidos à luz através da

4 Sobre as Reformas de Instrução Pública em Santa Catarina já foram defendidas teses e dissertações. Conferir: TEIVE, Gladys Mary. *Uma Vez Normalista, Sempre Normalista. A Presença Do Método De Ensino Intuitivo Ou Lições Decoisas Na Construção De Um Habitus Pedagógico* (Escola Normal Catarinense 1911-1935). Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Orientadora: Maria Auxiliadora Schmidt, 2005; SCHWEITZER, Josiane. *Criação e ação do Departamento de Educação em Santa Catarina no período de 1935 A 1942: a educação no período Vargas*. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina – Programa de Pós Graduação em Educação. Dissertação de mestrado (ano de defesa: 2008). Orientadora: Marli Auras, e outros.



IV Colóquio de História da Educação

problematização do campo pesquisado – a autora, defende, a partir desta problematização, a utilização de referenciais não estritamente educacionais (Idem).

Em meio aos fundos documentais do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina foi levantada uma significativa quantidade de documentos referentes à burocracia educacional no período analisado; para composição da série documental estes foram digitalizados em uma série de visitas à instituição. A construção desta permitiu sua operacionalização como fonte de pesquisa e, para isto, os documentos foram postos em relação – é, então, possível perceber o aparelhamento burocrático da instrução pública catarinense através de rotinas de gabinete que, quando comparadas, mostram pontos de convergência e divergências. O esforço, além deste, é de situar a burocracia educacional em meio a uma burocracia mais ampla, entendendo que laços estas tinham.

Vale lembrar: a organização do arquivo é parte do sentido que o historiador dá às fontes. Tomar o arquivo como fonte e objeto é problematizar também sua edificação e institucionalização. Da mesma forma, tomar uma experiência de pesquisa em arquivo como parte de uma vivência em preservação da memória escolar é complexificar a própria prática historiadora e também as condições de preservação da memória acessada.

3 A aparelhagem administrativa e o sujeito da história

Mas afinal, vale a pergunta: o que se entende por *memória escolar* para a escrita deste resumo expandido? E, após definida, que excertos dela podem ser rastreados no Arquivo Público do Estado?

Por *memória escolar* aqui se entende todo registro documental de atividades da esfera educacional – no lastro do que foi apresentado por Hilsdorf (*Op. Cit.*) estas atividades extrapolam a rotina institucional da escola. Interessa mapear a *memória escolar* em documentos acerca da burocracia educacional já que esta ali se manifesta na forma de portarias, circulares e correspondências que apontam para relações e comunicações entre escola e Diretoria de Instrução Pública/ Departamento de Educação.

Cabe também a seguinte interrogação: é válida a relação proposta entre *experiência de pesquisa* e *experiência de preservação*? Uma vez sendo a pesquisa



IV Colóquio de História da Educação

o ato de selecionar e ordenar fontes, – constituindo assim a série documental – desdobrar a análise segundo técnicas próprias, e uma escrita que dá ordem a todo o processo, a pesquisa compõe um rol maior de fazeres próprios do campo da História da Educação. A preservação da *memória escolar* é, por sua vez, edificada e institucionalizada dentro de um campo que permite tais iniciativas. O mesmo campo que permite determinado tipo de produção e experiência de pesquisa valida experiências de preservação – os dois procedimentos estão, portanto, ligados pelo estatuto dentro da escrita da história e pela relação que mantém entre si. A preservação viabiliza a pesquisa, enquanto a pesquisa ratifica a necessidade da preservação e subsidia sua prática.

Ainda sobre a experiência de pesquisa cabem as ponderações de Farge (2011, p. 27 – 28). Para a autora, a interpretação dos acontecimentos é capaz de dar-lhe sentido, produzindo consentimento ou recusa; é, pois, a partir dela que se produzem novas interpretações e, portanto, novos acontecimentos. Seu tempo é circular, já que esta se apodera de uma interpretação precedente e constrói os alicerces para proposição de outra. Em história, elas se realizam continuamente. Dadas essas constatações, ela avança para outro postulado: através de cada período da história é produzido um sujeito novo (Ibidem). A interpretação da qual se lança mão em uma iniciativa de pesquisa na História da Educação tem seus fundamentos em interpretações anteriores, sem deixar de propor uma nova. Cabe entender esse sujeito novo produzido em cada momento da escrita da história em uma dupla via: o *sujeito pesquisador* e o *sujeito pesquisado*. O primeiro é produzido por interpretações já circulantes em seu lugar de produção, elaborando a partir delas; o segundo é buscado por este historiador em meio aos arquivos, aparelhando assim a análise.

Nesta iniciativa específica, o *sujeito pesquisado* tem suas redes de relações na burocracia educacional do período; estudar este sujeito permite rastrear suas redes de sociabilidades e influência. Também nesta iniciativa, o *sujeito pesquisador* se vê em uma experiência de pesquisa alicerçada em regras próprias de um meio no qual, também, se alicerça a experiência de preservação.



IV Colóquio de História da Educação

Considerações finais

Para Farge, o arquivo “age como um desnudamento, [trazendo] fragmentos de verdade até então retidos [...] ofuscantes de nitidez e credibilidade” (FARGE, 2009. P 15) - a autora traz assim o vislumbre do acontecimento no emaranhado de documentos que povoam a pesquisa em arquivo. Sua retomada, vale lembrar, se dá devido ao lugar desta produção e ao posicionamento teórico do pesquisador. Desta busca pelo acontecimento - pelo vivo – fazem parte experiência de pesquisa em arquivos e de preservação da *memória escolar*.

Nestas considerações finais são também válidas as ponderações de Nunes e Carvalho (2005, p. 17 - 62) quando falam da articulação entre práticas institucionais de localização, organização e seleção de fontes e práticas de pesquisa. Para elas, as instituições portadoras de acervos estão no centro da constituição e redefinição da História da Educação, e mapear fontes é preparar campo para uma crítica empírica vigorosa que constitua novos problemas, objetos e abordagens (Idem). Desta forma, retomar esta experiência de pesquisa no Arquivo Público do Estado permitiu situar as problematizações lançadas aos documentos lá localizados, aproximando-as dos movimentos no campo. Nestas relações, entende-se a *experiência de pesquisa* como parte de *experiências de preservação da memória escolar*, devendo ser esta, então, entendida como algo que extrapole o enlace da instituição escolar. Cabe ao pesquisador o trabalho de rastrear excertos desta memória escolar e conferir sentido a eles dentro de uma série documental, contribuindo assim para sua preservação.

Referências

CERTEAU, M. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Lemos Britto de Menezes; Revisão de Arno Vogel. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: GEN/Forense-Universitária, 2011. Pág. 65 – 109.

DIRETORIA DE GESTÃO DO ARQUIVO PÚBLICO. Histórico. **Secretaria de Estado da Administração**. Disponível em http://www2.sea.sc.gov.br/arquivo_publico/default/default.htm. Acesso 06 de junho de 2016.



IV Colóquio de História da Educação

FARGE, A. **Lugares para a história.** Coleção História e Historiografia. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

_____. **O sabor do arquivo.** São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2009. 120 págs.

HILSDORF, M. L. S. A série Ofícios Diversos do Arquivo do Estado de São Paulo como fonte para a História da Educação Brasileira. . In: Vidal, D.G.; Souza, M.C.C.C. (Org.). **A Memória e a Sombra:** a escola brasileira entre o Império e a República. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, pág. 13 – 21.

NUNES, C.; CARVALHO, M. M. C. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, José Gonçalves (org). **Pesquisa em História da Educação no Brasil.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005. Pág. 17 – 62.